



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 6.095, DE 2013

Apensados: PL nº 6.511/2013, PL nº 7.219/2014, PL nº 4.601/2016, PL nº 8.945/2017 e PL nº 9.149/2017

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para incluir prioridade de atendimento grupos familiares integrados por pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade.

Autor: Deputado VALADARES FILHO

Relatora: Deputada LÊDA BORGES

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 6.095, de 2013, que pretende alterar a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, com os seguintes objetivos:

- priorizar o atendimento às famílias de que façam parte pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade;
- incluir referência a equipamentos e serviços relacionados à cultura e esporte na lista da infraestrutura fornecida pelas municipalidades;
- acrescentar os equipamentos de educação, cultura, esporte e lazer, bem como telecentro comunitário, na lista de elementos das áreas urbanas consolidadas; e
- acrescentar os equipamentos de cultura, esporte e lazer na lista de possibilidades de financiamento complementar aos empreendimentos habitacionais custeados com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Foram apensados ao projeto original:





Apresentação: 05/12/2023 08:58:41.010 - CDU
PRL 4 CDU => PL 6095/2013

PRL n.4

Por fim, em 2023, em decorrência da edição da Resolução da Câmara dos Deputados n. 1/2023, que criou a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) e a Comissão de



Tel (61) 3215-5742 | dep.ledaborges@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://in01reg.abntcredenciado-assinatura.camara.leg.br/CD091007055210>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lêda Borges



Saúde, foi revisto novamente o despacho de distribuição da matéria para determinar sua redistribuição à CPASF, em substituição à Comissão de Seguridade Social e Família, extinta pela mesma Resolução.

Diante das alterações promovidas, o projeto segue atualmente distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), de Desenvolvimento Urbano (CDU) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), esta última apenas para análise de constitucionalidade e de juridicidade, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Na Comissão de Desenvolvimento Urbano, em 15/05/2015, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Leopoldo Meyer (PSB-PR), pela aprovação deste, do PL 6511/2013, e do PL 7219/2014, apensados, na forma do substitutivo, porém não apreciado.

Na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em 24/04/2018, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Marcos Reátegui (PSD-AP), pela aprovação parcial deste, e pela aprovação do PL 6511/2013, do PL 7219/2014, do PL 4601/2016, do PL 8945/2017, e do PL 9149/2017, apensados, com substitutivo. O parecer foi aprovado por unanimidade em maio de 2018.

Na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, em 25/05/2023, foi apresentado o parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela aprovação do PL 6095/2013, do PL 6511/2013, do PL 7219/2014, do PL 4601/2016, do PL 8945/2017, e do PL 9149/2017, apensados, na forma do Substitutivo adotado da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, com Subemenda e, em 31/05/2023, foi aprovado o Parecer.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.





É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Recentemente, foi editada a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, resultado da conversão da Medida Provisória nº 1.162, de 2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e altera uma série de outros atos.

A Lei sancionada esclarece, em seu art. 40, que “Permanecerão submetidos à Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, todos os empreendimentos habitacionais firmados e contratados até 25 de agosto de 2020, e à Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, todos aqueles firmados e contratados após 26 de agosto de 2020”.

Na Lei 14.620, de 2023, as regras de priorização foram trazidas nos seguintes termos:

Art. 8º Serão priorizadas, para fins de atendimento a provisão subsidiada de unidades habitacionais com o emprego de dotação orçamentária da União e com recursos do FNHIS, do FAR ou do FDS, as famílias:

I – que tenham a mulher como responsável pela unidade familiar:

II – de que façam parte:

a) pessoas com deficiência, conforme o disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), inclusive aquelas com transtorno do espectro autista, conforme a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012,



Tel (61) 3215-5742 | dep.ledaborges@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://intelig.br/autenticidade-assinatura/camara.leg.br/CD201097695700>

Apresentação: 05/12/2023 08:58:41.010 - CDU
PRL 4 CDU => PL 6095/2013

PRL n.4





devendo os imóveis destinados a essas pessoas ser adaptados à deficiência apresentada;

*b) **pessoas idosas**, conforme o disposto na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), devendo os imóveis destinados a essas pessoas ser adaptados às suas condições físicas;*

*c) **crianças ou adolescentes**, conforme o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);*

*d) **pessoas com câncer ou doença rara crônica e degenerativa**;*

III – em situação de vulnerabilidade ou risco social, conforme a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social);

IV – que tenham perdido a moradia em razão de desastres naturais em localidade em que tenha sido decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública;

V – em deslocamento involuntário em razão de obras públicas federais;

VI – em situação de rua;

*VII – que tenham **mulheres vítimas de violência doméstica e familiar**, conforme o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);*

*VIII – **residentes em área de risco**;*

*IX – integrantes de **povos tradicionais e quilombolas**.*

§ 1º De forma complementar, deverão ser também observadas outras prioridades sociais estabelecidas em leis específicas ou compatíveis com as linhas de atendimento do Programa, como a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), entre outras.

§ 2º Observado o disposto no caput, o Ministério das Cidades poderá estabelecer critérios complementares, conforme a linha de atendimento do Programa, e facultar aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades privadas sem fins lucrativos, quando promotoras de benefícios habitacionais, a inclusão de outros requisitos e critérios que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social locais. (grifo nosso)

Diante desse novo marco legal, passamos a analisar cada uma das proposições trazidas ao exame desta Comissão.





Em relação ao PL nº 6.095, de 2013, entendemos que o objetivo de valorização dos equipamentos de educação e cultura já se mostra contemplado pela Lei nº 14.620, de 2023, especialmente no art. 13, segundo o qual:

Art. 13. Respeitados os regulamentos específicos de cada fonte de recursos e a vinculação necessária às linhas de atendimento do Programa, são passíveis de compor o valor de investimento e o custeio da operação, entre outros:

[...]

*VII – execução de obras de implantação de equipamentos públicos, **inclusive educacionais e culturais**, de mobilidade, de saneamento e de infraestrutura, incluídas as de instalação de equipamentos de energia solar fotovoltaica, as de geração de energia elétrica a partir das modalidades de geração alcançadas pela Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, ou as que contribuam para a redução do consumo de água em unidades imobiliárias;*

[...] (grifo nosso)

Em relação à proposta para acrescentar os equipamentos de cultura, esporte e lazer na lista de possibilidades de financiamento complementar aos empreendimentos habitacionais custeados com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), consideramos a inovação salutar ao processo de desenvolvimento sustentável das cidades, razão pela qual merece ser acolhida.

Já no que se refere à proposta para que sejam incluídos os equipamentos de educação, cultura, esporte e lazer, bem como telecentro comunitário, na lista de elementos das áreas urbanas consolidadas (art. 47, inciso II, da Lei nº 11.977/2009), cabe ressaltar que o dispositivo referido já foi revogado na lei de origem, além de caber, aqui, uma análise sobre a abordagem proposta.

Nesse ponto, convém esclarecer que o inciso que se pretendia alterar trazia uma lista de equipamentos públicos cuja presença caracteriza a área urbana consolidada. Esse conceito estava relacionado a situações de densidade demográfica superior a 50 habitantes por hectare e malha viária





Apresentação: 05/12/2023 08:58:41.010 - CDU
PRL 4 CDU => PL 6095/2013

PRL n.4

O **PL nº 4.601/2016**, por sua vez, propõe a priorização do atendimento às pessoas com neoplasia maligna e às famílias de que façam





Apresentação: 05/12/2023 08:58:41.010 - CDU
PRL 4 CDU => PL 6095/2013

PRL n.4

C0231097055200

e) existência de pessoa(s) com doença crônica incapacitante para o trabalho, comprovado por laudo médico, na família; e



Tel (61) 3215-5742 | dep.ledaborges@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://inteligencia-de-assinatura.camara.leg.br/00251001007200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lêda Borges



f) famílias integradas por jovens entre quinze e vinte e nove anos com reduzido acesso a serviços de educação, cultura, esporte e lazer.

Concordamos, em parte, com as prioridades listadas por aquela Comissão, especialmente em relação à proximidade entre o empreendimento e o local de trabalho do potencial beneficiário; ao tempo de residência do beneficiado no município; e à existência de pessoa(s) com doença crônica incapacitante para o trabalho, comprovado por laudo médico, na família. Consideramos que todas as demais hipóteses já foram, de algum modo, contempladas anteriormente.

O parecer aprovado na CPASF, por derradeiro, se posicionou pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 6.095, de 2013; 6.511, de 2013; 7.219, de 2014; 4.601, de 2016; 8.945, de 2017; e 9.149, de 2017, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, com subemenda de Relatora, que buscou corrigir erro formal da comissão precedente.

Diante de todo o exposto e considerando a necessidade de ajustar o texto para melhor ajustar-se à recém-aprovada Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, votamos pela aprovação dos PLs nº 6.095/2013, 6.511/2013, 7.219/2014, 4.601/2016, 8.945/2017 e nº 9.149/2017, também pela aprovação do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e emendado pela CPASF; tudo na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada LÊDA BORGES
Relatora

2023-21040



* C D 2 3 1 0 9 7 0 5 5 2 0 0 *



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.095, DE 2013

Apensados: PL nº 6.511/2013, PL nº 7.219/2014, PL nº 4.601/2016, PL nº 8.945/2017 e PL nº 9.149/2017

Altera a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, e a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre o estabelecimento de critérios adicionais de priorização de beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida e para ampliar as possibilidades de financiamento de infraestrutura de lazer, cultura, esporte e educação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....

.

II

—

.....

.

d) pessoas com câncer ou doença rara crônica e degenerativa;
e

e) transplantados ou indivíduos na lista única de transplante de órgãos e tecidos.

.....

.

§ 1º De forma complementar, deverão ser também observadas outras prioridades sociais estabelecidas em leis específicas ou compatíveis com as linhas de atendimento do Programa, nelas incluídas as seguintes condições:





Apresentação: 05/12/2023 08:58:41.010 - CDU
PRL 4 CDU => PL 6095/2013

PRL n.4

- I – situações previstas na Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial);
- II – proximidade entre o empreendimento e o local de trabalho do potencial beneficiário;
- III – tempo de residência do potencial beneficiário no município;
- IV – existência de pessoa(s) com doença crônica incapacitante para o trabalho, comprovado por laudo médico, na família.
- (NR)''

Art. 2º O *caput* do art. 82-D da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82-D. No caso de empreendimentos construídos com recursos do FAR no âmbito do PMCMV, poderão ser custeados o planejamento e a implantação de equipamentos de educação, cultura, esporte, saúde, lazer e outros complementares à habitação, inclusive em terrenos de propriedade pública, nos termos do regulamento.

..... (NR) “

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada LÊDA BORGES
Relatora



Tel (61) 3215-5742 | dep.ledaborges@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://inteligencia.fundacao-assinatura.camara.leg.br/CD201097695700>

